

PRIVAÇÕES DO CONSUMO INFANTIL: Um estudo realizado com crianças em situação de pobreza relativa

MAYARA MUNIZ DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RITA DE CÁSSIA DE FARIA PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

PRIVAÇÕES DO CONSUMO INFANTIL: Um estudo realizado com crianças em situação de pobreza relativa

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um conceito amplamente utilizado e significativo em todos os países do mundo. Trata-se de não ter o que é necessário à sobrevivência, indica, portanto, um estado de carência e privação vivenciado por pessoas e famílias que compromete os recursos necessários para uma vida digna em sociedade (ROCHA, 2005).

No Brasil 29% da população vive em famílias pobres, mas, entre as crianças, esse número chega a 45,6%. O Nordeste está dentre as regiões mais pobres do Brasil com 43,5% da população em situação de pobreza (IBGE, 2017). Com relação à Paraíba, estado onde a pesquisa foi desenvolvida, tem o sétimo menor rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* do Brasil, dentre dos estados do Nordeste ocupa a quinta colocação.

A pobreza relativa se refere a uma parcela da população que sofre diversas privações de consumo. Nesse nível da pobreza às pessoas têm menos do que outras pessoas na mesma sociedade, nesse sentido o conceito de pobreza relativa vai ao encontro do conceito de privação material que corresponde à insuficiência de bens necessários à sobrevivência, mas também a bens e serviços importantes à vida em sociedade (HUSTON, 2011). Assim, essa pesquisa abordou as privações materiais relacionados ao consumo de crianças em pobreza relativa.

Uma boa parte do trabalho que tem sido realizado na área de consumo infantil nas últimas duas décadas tem sido desenvolvida por sociólogos, historiadores, educadores, escolas e departamentos de comunicação para quem o impulso de condução central está focado em algo diferente do que conceituar e problematizar as crianças e suas infâncias (COOK, 2013). Nota-se, aqui, uma lacuna nos estudos desenvolvidos na área de marketing. Nessa pesquisa foi investigado o aspecto da pobreza em conformidade com o pensamento de Huston (2011), de que a pobreza deve ser definida e medida tendo em conta não só a sua dimensão puramente econômica, mas também seus aspectos material, cultural e social, de forma mais específica o presente estudo teve o objetivo de investigar as privações materiais.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Crianças que vivenciam um contexto de pobreza sofrem as restrições da vida material e recebem pressão por parte da mídia, da sociedade e do ambiente onde estão inseridas para consumir produtos que as incluam em uma sociedade consumista, sendo excluídas quando não têm produtos desejados, quando não consomem marcas, etc. Em muitos casos, essas crianças vivem em famílias onde o consumo se resume as necessidades básicas, ou seja, ao consumo indispensável à sobrevivência. E mesmo com os esforços de suas famílias para atender aos pedidos de consumo das crianças seus escassos recursos econômicos não permite proporcionar os objetos desejados.

Nesse contexto, o presente estudo foi direcionado a compreensão do comportamento do consumidor infantil em situação de pobreza, especificamente a pobreza relativa. Os consumidores em pobreza relativa são aqueles que têm condições financeiras para efetuar consideráveis gastos no mercado. Eles têm, por exemplo, condições de comprar produtos, tais como tênis, para os seus filhos iguais aos das crianças de famílias de classe mais elevada (PUGH, 2004). Esse segmento, dado seu tamanho e renda, significam muito para as empresas constituídas no mercado. Porém essas crianças

sofrem privações de consumo em decorrência de seus pais não terem renda o suficiente para suprir as necessidades básicas familiares e atenderem a todas as demandas.

Diante do contexto, é proposta desta pesquisa contribuir com o conhecimento sobre privações de consumo na pobreza relativa, questionando o consumidor infantil sobre as implicações das privações de consumo e os seus objetos de desejo.

Por conseguinte, considerando tais pressupostos e seguindo o embasamento da literatura relacionada à pobreza, a questão de pesquisa do presente estudo consiste em: **Como ocorrem as privações materiais do consumo infantil no âmbito da pobreza?**

Assim, o objetivo geral desse artigo é analisar as privações materiais do consumo infantil no âmbito na pobreza relativa.

Como contribuições, podemos apontar que esta pesquisa aborda as privações materiais da criança em contexto de pobreza. Assim, são evidenciadas suas implicações e estratégias de enfrentamento das privações de consumo.

Este artigo está organizado da seguinte forma: no referencial teórico tratamos dos conceitos de pobreza e privação e do consumo infantil em contexto de pobreza, em seguida são abordados os aspectos metodológicos da pesquisa. No tópico seguinte a análise dos resultados e por último, as conclusões.

3 POBREZA E PRIVAÇÕES DE CONSUMO

Os pobres são pessoas, famílias e grupos de pessoas que por terem recursos limitados são excluídos do modo de vida minimamente aceitável nos países em que vivem (HUSTON, 2011). O Banco Mundial afirma que uma pessoa pode ser considerada pobre se seu nível de renda ou seu consumo não é suficiente para suas necessidades básicas, esse nível é denominado linha de pobreza (KOTLER; LEE, 2009). A linha de pobreza é um valor real constante, abaixo do qual as pessoas são ditas a ser pobres. Abaixo da linha de pobreza, está uma população carente, em muitos casos de alimentação e muitos são associados à linha de indigência ou à pobreza extrema (ROCHA, 2005).

Considerando o conceito de linha de pobreza, o Banco Mundial descreve e distingue três níveis de pobreza: pobreza extrema, pobreza moderada e pobreza relativa. Na pobreza extrema, as famílias não conseguem suprir as necessidades básicas, não têm acesso a cuidados de saúde, saneamento e não tem condições de proporcionar a educação de alguns ou de todos os membros da família e em muitos casos não dispõem de moradia (KOTLER; LEE, 2009).

Na pobreza moderada, para suprir suas necessidades básicas, muitas pessoas acabam não tendo cuidados com a saúde e educação e com infortúnios. Por exemplo, a perda de emprego ou aumento da inflação pode fazê-los cair no nível de pobreza extrema (KOTLER; LEE, 2009). Na pobreza relativa, segundo Kotler e Lee (2009), as famílias têm um nível de renda abaixo da proporção da renda nacional. Para Mayer e Sullivan (2012), as medidas de pobreza relativa fornecem outra maneira de caracterizar a extensão da privação em uma população, assim, o tipo mais comum de definir as medidas de pobreza são os limites de uma determinada percentagem de renda ou consumo mediano. No contexto da pobreza, Kotler e Lee (2009) ainda definem um quarto grupo de indivíduos, os vulneráveis à pobreza. Para os autores nesse segmento, as famílias já foram pobres, mas atualmente possuem renda igual à média da renda nacional. Nesse grupo as pessoas estão fora da pobreza, mas ainda vulneráveis a retornar.

A pobreza advém da desvantagem, fundamentada na aplicação de um conjunto de indicadores, tais como falta de renda, dificuldade ao acesso à saúde de qualidade, educação e habitação, bem como a importância do meio local que afetam o bem-estar das pessoas. Assim, um estado de privação em que as pessoas não dispõem de oportunidades

para trabalhar, para viver uma vida saudável e segura, de aprender e de viver uma aposentadoria segura são indicadores de desvantagem (ULLAH; SHAH, 2014).

Nessa perspectiva, a pobreza é constituída por uma falta de recursos (um dos principais indícios é a exclusão de um modo de vida mínima). Outro ponto de vista considera a pobreza como exclusão social (uma das causas principais é a falta de recursos) (BERTHOUD; BRYAN, 2011). A pobreza pode ser vista como um estado de privação que é caracterizado tanto por um baixo nível de consumo, como baixo nível de renda (PANTAZIS; GORDON; LEVITAS, 2006).

O conceito de privação adotado para essa pesquisa foi desenvolvido por Huston (2011), o autor explica que a privação material corresponde à insuficiência de moradia, educação, alimentação e atendimento médico, assim como bens e serviços que são considerados indispensáveis à vida em sociedade.

Pessoas pobres enfrentam diversos fatores que moldam a qualidade de suas vidas, incluindo privação física (a fome, a saúde deficiente), de exclusão (relacionamentos), marginalização, ansiedade e medos sobre o futuro (BLOCKER *et al.* 2013). Elas sofrem com altos níveis de desemprego, bairros decadentes, e a falta de bens e serviços a preços acessíveis, que exacerbam os principais males sociais, tais como o uso de drogas e criminalidade, além da qualidade inferior dos sistemas educativos (HILL, 2001a).

Dado que a pobreza provoca restrições de consumo (BLOCKER *et al.* 2013). Pode-se concluir que a privação é pelo menos em parte, um resultado direto de uma baixa renda (BERTHOUD; BRYAN, 2011). Ou seja, é compreensível que a pobreza é a falta de recursos e que privação é a consequência da pobreza (PANTAZIS; GORDON; LEVITAS, 2006).

4 CONSUMO INFANTIL EM CONTEXTO DE POBREZA

O consumo é uma inevitável conexão da criança com outros aspectos, incluindo as relações entre pares, onde os objetos de consumo fazem parte de sua identidade e que, em suas brincadeiras, ocorre ativamente uma apropriação deles, fazendo seus próprios julgamentos e combinações (RUCKENSTEIN, 2010). A criança em contexto de pobreza relativa sofre privações de consumo em decorrência da renda familiar, as mesmas têm acesso a saúde, educação e habitação, porém de forma insatisfatória, como também, são privadas de adquirir bens que são considerados importantes na sociedade em que vivem como foi exposto por Huston (2011) como por exemplo produtos tecnológicos, brinquedos e roupas que são importantes para a criança, e ainda, para acessão social. Nessa pesquisa o consumo de crianças está associado ao pensamento de Huston e buscou investigar aspectos que tange à saúde, educação, habitação, alimento, e ainda, vestuário e entretenimento que são considerados importantes para a criança em contexto social.

Segundo Guo e Harris (2000), as famílias empobrecidas vivem em casas menos confortáveis do que as famílias com renda média, seus lares são mais tendentes a serem danificados e estarem localizadas em áreas de criminalidade ou de abandono, que por sua vez, o ambiente físico das casas reflete a qualidade e segurança da habitação em que vivem. Ou seja, a renda familiar pode influenciar substancialmente tanto o bem-estar de crianças, como dos demais membros da família (GUNN; DUNCAN, 1997).

Crianças em situação de pobreza quando não estão em ambiente escolar, ficam em casa enquanto seus pais saem para trabalhar e estes, não dispõem de recursos suficientes para que seus filhos realizem atividades extracurriculares. A vida de crianças em famílias pobres é mais informalmente organizada, pois elas vivem em um ritmo mais relaxado, em comparação ao ritmo frenético de outras crianças de famílias que dispõem de recursos para mantê-los em atividades, como: aula de música, esportes e artes, teatro, dentre outras, conforme estudo realizado por Lareau (2000).

Nessa perspectiva, Gunn e Duncan (1997) argumentam que um ambiente de vida seguro e confortável é condizente com a boa aprendizagem da criança. Isso ocorre, por que muitos elementos de estimulação cognitiva podem ser comprados. Por exemplo, a renda familiar pode influenciar a qualidade da educação dos membros da família, assim, como pode ter um impacto ainda maior no número de viagens que uma família pode realizar que também servem a um propósito de recreação (GUO; HARRIS, 2000).

As crianças pobres sofrem de problemas emocionais e de comportamento em decorrência de suas privações de consumo, tais como ansiedade, isolamento social e depressão. Estudos como o de Gunn e Duncan (1997) demonstram que problemas emocionais podem estar associados com a pobreza da família. No entanto, os efeitos emocionais na pobreza são tão grandes quanto os encontrados em resultados cognitivos, uma vez que os resultados do estudo dos autores mostram que a renda familiar parece estar fortemente relacionada com a capacidade e realização de consumo das crianças, como aos relacionado aos aspectos emocionais.

Esse pensamento é condizente com outro estudo de Duncan e Gunn (2000) quando os autores argumentam que a pobreza também parece contribuir com os resultados cognitivos de crianças. Quando vivem em um contexto de pobreza, crianças têm aprendizagem substancialmente mais baixa do que a das crianças que vivem em famílias não pobres. Além de que a situação de pobreza pode ocasionar impacto negativo sobre a formação do ensino e os anos de escolaridade (GUNN; DUNCAN, 1997).

O comportamento do consumidor empobrecido é apresentado por Hill e Stephens (1997), com três características relacionadas. Em primeiro lugar, os consumidores pobres enfrentam **restrições financeiras** significativas que limitam a sua capacidade de adquirir vários bens e serviços necessários e atender seus desejos. Em segundo lugar, as **consequências** dessas restrições normalmente são negativas, incluindo separação e alienação da cultura de consumo da classe média, sentimento de perda de controle sobre os aspectos de consumo de suas vidas, e problemas de saúde mental e física. As consequências dessas restrições são negativas, e as respostas são em forma de reações emocionais, como raiva, vergonha ou humilhação, sentimento de perda de controle sobre sua vida como consumidores, em relação às consequências das privações de consumo (HILL; STEPHENS, 1997). A raiva em tais situações pode ser uma reação dos consumidores empobrecidos e uma adaptação a esta forma de privação (HILL, 2001a). Em terceiro lugar, os consumidores pobres respondem a essas consequências com **estratégias de enfrentamento** emocional e comportamental, como se engajar em atividades legais e ilegais com o propósito de adquirir renda ou produtos desejados.

5 METODOLOGIA

O fenômeno em estudo, conforme explicitado na introdução, tem como objetivo analisar as privações de consumo da criança em pobreza relativa, a fim de identificar as privações vivenciadas por crianças, assim como caracterizar as implicações dessas privações e as estratégias de enfrentamento.

5.1 Procedimentos de Coletas dos Dados

Para alcançar os objetivos propostos para esse estudo, optou-se por uma pesquisa qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram crianças em situação de pobreza relativa e seu respectivo responsável, considerando os seguintes critérios:

- (1) **Classe socioeconômica.** Quando em situação de pobreza relativa as famílias têm nível de renda abaixo da proporção da renda nacional. Por isso foi considerado para essa pesquisa o rendimento mensal domiciliar *per capita* do Estado, que corresponde a R\$ 682,00 (IBGE, 2014);

(2) **Idade.** Valkenburg e Cantor (2001) avaliam que as capacidades relacionadas à tomada de decisão desenvolvidas pelas crianças, assim como avaliação de produtos e suas alternativas, ocorrem aproximadamente entre 7 e 8 anos. Por isso, definiu-se que seriam entrevistadas crianças de 8 a 12 anos de idade.

(3) **Contexto e responsável.** Para efeitos de melhor homogeneidade da amostra com relação a faixa de pobreza optou-se por entrevistar crianças que estivessem matriculadas em escolas públicas. Adicionalmente, definiu-se que o responsável a ser entrevistado seria a pessoa que tinha relação mais próxima com a criança. Por isso, foram entrevistados pais, mães ou avós.

Ao final da pesquisa foram entrevistadas 23 crianças e um responsável para cada criança entrevistada, somando 46 entrevistas realizadas nessa pesquisa. Os respondentes são das cidades de Cajazeiras, João Pessoa e Sousa na Paraíba e tem média da renda *per capita* domiciliar de R\$ 231, 35 (Quadro 1).

Quadro 1: Caracterização dos entrevistados

Criança	Sexo	Idade	Responsável	Profissão	Renda <i>per capita</i> domiciliar	Cidade
C01	M	9 anos	Mãe	Desempregada	170,50	Sousa
C02	M	12 anos	Mãe	Garçonete	200,00	João Pessoa
C03	F	8 anos	Mãe	Diarista	300,00	João Pessoa
C04	F	8 anos	Avó	Aposentada	394,00	Cajazeiras
C05	F	8 anos	Mãe	Dona de casa	262,66	Sousa
C06	F	8 anos	Mãe	Desempregada	220,00	Cajazeiras
C07	F	8 anos	Mãe	Desempregada	375,00	Sousa
C08	M	8 anos	Avó	Dona de casa	131,33	Sousa
C09	M	9 anos	Mãe	Dona de casa	450,00	Sousa
C10	M	9 anos	Pai	Atleta	112,00	Sousa
C11	F	8 anos	Mãe	Dona de casa	250,00	Cajazeiras
C12	F	9 anos	Mãe	Dona de casa	131,33	Sousa
C13	M	10 anos	Avó	Diarista	85,00	Sousa
C14	F	10 anos	Mãe	Dona de casa	171,42	Cajazeiras
C15	M	9 anos	Mãe	Dona de casa	112,57	Sousa
C16	F	10 anos	Mãe	Dona de casa	92,80	Sousa
C17	F	9 anos	Mãe	Dona de casa	110,00	Sousa
C18	F	12 anos	Mãe	Cabelereira	550,00	João Pessoa
C19	M	9 anos	Avó	Dona de casa	112,57	João Pessoa
C20	M	8 anos	Mãe	Dona de casa	500,00	João Pessoa
C21	M	8 anos	Mãe	Professora	197,00	João Pessoa
C22	F	8 anos	Avó	Aposentada	131,00	João Pessoa

C23	F	8 anos	Pai	Funcionário público	262,00	João Pessoa
Média da Renda per capita domiciliar					R\$ 231,35	

Fonte: Elaboração própria (2015).

Para a coleta de dados foram utilizadas a técnica projetiva, por meio da realização de um desenho pela criança, e a entrevista em profundidade. As famílias eram contatadas pessoalmente e por meio de contatos em escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino com a finalidade de saber se as mesmas atendiam aos critérios da pesquisa e se havia a disponibilidade de participar da pesquisa. O responsável pela criança era informado de como ocorreria a entrevista e após a leitura e assinatura do termo de consentimento, a entrevista era iniciada com a criança.

A princípio era solicitado que a criança elaborasse um desenho que tivesse como tema “ir às compras”. Adicionalmente, solicitou-se que elas que desenhassem itens que comprariam, caso estivessem em um passeio. Sequencialmente, a entrevista em profundidade era iniciada com a criança a partir do roteiro semiestruturado elaborado com base na literatura.

Após a realização da entrevista com a criança, era realizada entrevista com o seu responsável. As entrevistas foram realizadas por um dos autores no período de 30 de junho a 15 de agosto de 2015. Os áudios foram gravados com consentimento dos entrevistados e totalizaram 27 horas e 22 minutos de depoimentos.

5.2 Procedimentos de Análise dos Dados

Seguindo o pensamento de Vinter (1999), utilizou-se a análise orientada para o produto para a análise dos dados visuais produzidos pelas crianças. Essa técnica consiste na análise apenas do que está escrito ou desenhado no papel. Assim, foram verificadas as informações que apareciam nos desenhos, para que, conjuntamente a entrevista, fossem identificados itens de privação desejados pelas crianças.

Após as entrevistas, foi realizada a transcrição das gravações. A finalidade da transcrição é gerar um conjunto de dados para uma análise cuidadosa e uma codificação (BAUER; GASKELL, 2003). Nesse momento, nada foi excluído, pois como explica Rosa e Arnoldi (2008, p. 61), quanto mais completos e fiéis forem as transcrições, maiores as possibilidades de realização de uma análise de alto nível. Sequencialmente, os autores enfatizam a importância da leitura da transcrição das entrevistas, repetidas vezes, o que foi realizado pela equipe pesquisadora.

Os dados coletados nas entrevistas realizadas com as crianças e responsáveis foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, que consiste “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2007, p. 44). Nessa técnica os analistas de conteúdo inferem a expressão e o apelo através desses contextos (BAUER; GASKELL, 2003).

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente pesquisa buscou analisar as privações de consumo infantil no âmbito na pobreza relativa. Neste sentido, os resultados estão apresentados em categorias de análises.

6.1 Privações de Consumo na Infância

Nesse estudo foram investigadas as privações materiais da pobreza relativa na Paraíba. A literatura explica que nesse nível de pobreza as pessoas têm suas necessidades básicas atendidas, como saúde, educação, habitação, alimentos atendidos, porém não de forma satisfatória, o que ocasiona tais privações de consumo, como também são privadas de itens considerados importantes na sociedade em que vivem.

Pessoas pobres tendem a ter **saúde** comprometida, pois em decorrência da falta de renda familiar e incapacidade do governo de oferecer o atendimento adequado, essas pessoas não têm cuidados básicos com a saúde, podendo acarretar má saúde física e mental (ULLAH; SHAH, 2014).

Assim como o relato mencionado pelos responsáveis 05, 09, 16 e 19, em que são descritos os fatos de que em alguns casos não falta atendimento e outros faltam, “...**é por dia, tem vez que quando a pessoa precisa tem médico tem remédio e tem dia que não tem nada**” (R10). E outros responsáveis (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 21, 22, 23) afirmam que poucas vezes seus filhos precisaram de atendimento médico, mas quando precisam corroboram com o mesmo pensamento.

A Responsável 09 expõe que a criança realizava acompanhamento psicológico como tentativa de minimizar as consequências do contexto familiar pesaroso que vive. A responsável ainda diz ter procurado a secretaria de saúde do município e PSF (Programa de Saúde da Família), porém os órgãos contatados, mesmo sendo de sua competência, não mostraram uma solução para que a criança continuasse o tratamento e até a data da entrevista a criança aguardava uma vaga para que retomasse o tratamento.

A Responsável 13 é avó da Criança 13 e relata que o mesmo toma remédio de uso controlado e faz acompanhamento com psicólogo. Durante a entrevista a criança apresentava inquietação e nervosismo e, segundo a avó, esse comportamento é habitual e ocorre em decorrência dos problemas psicológicos que a criança adquiriu aos 6 anos, idade em que foi abandonada pela mãe. Quanto ao acompanhamento médico a responsável afirma ser satisfatório, mas faltam os medicamentos.

Em relação à saúde todas as crianças sofrem privações, como a falta de atendimento em hospitais, acompanhamento médico e medicamentos. Em alguns casos os responsáveis mostram que o atendimento à saúde foi satisfatório, mas em algum momento sempre faltou algo. Esse tipo de privação ocorre pela assistência precária do sistema de saúde público e pela falta de renda familiar que impossibilita essas famílias de procurarem atendimento médico no sistema privado, como apontado por BLOCKER (*et al.* 2013).

A **educação** infantil é de grande importância na superação da pobreza, como também, contribui para o desenvolvimento social e econômico. As privações materiais relacionadas à educação correspondem ao atendimento de forma inadequada, uma vez que na pobreza relativa às pessoas têm acesso à educação, porém a educação oferecida a essas crianças não é de boa qualidade, ou não ocorre de forma satisfatória para o seu desenvolvimento (HUSTON, 2011).

Nas entrevistas foi apontado como fator de qualidade na educação à alimentação oferecida na escola. Os responsáveis 16 e 19, afirmam que a alimentação das Crianças 16 e 19 e de outras crianças da família é complementada pela merenda escolar, também relatado pelas crianças 01 e 08. Ou ainda, por ser próxima de suas residências “a escola eu acho boa é perto de casa [...]” (R20). Nesse sentido, os Responsáveis 11, 12, 14 e 17 compartilham do mesmo motivo.

Com relação às atividades extracurriculares realizadas com o intuito de aprimoramento da educação e desenvolvimento de habilidades da criança, observou-se

que elas não são ofertadas à maioria das crianças. Apenas as crianças 07, 12 e 18 realizam atividades extras, como: aula de música, reforço escolar, karatê e aulas de jogos.

Algumas crianças afirmam que tais atividades já foram desenvolvidas, mas atualmente não são mais ofertadas em decorrência da falta de recursos financeiros nas escolas da rede pública.

Gosto de estudar, mas **não tem aula extra não**, ano passado tinha, só que esse ano não teve mais (C05).

[...] não está tendo agora, mas já teve aula de caratê, esporte, música [...] eu gosto quando tem essas aulas, **eu pedi a minha mãe para pagar aula de balé, mas ela disse que agora não está podendo** (C17).

Lá não tem essas aulas de música, dança não [...] (C20).

Na escola não tem [...] eu queria que tivesse (C21).

[...] **não tem aula de música, nem dança** eu queria que tivesse uma amiga minha faz e disse eu era bem legal (C22).

Para crianças de famílias pobres essas atividades são de significativa importância, pois sua vida tende a girar em torno de brincadeiras informais e com tempo ocioso. Os achados confirmam que crianças pobres, quando não estão na escola, ficam em casa enquanto seus pais saem para trabalhar e em decorrência da falta de renda familiar, seus pais não têm recursos para pagar atividades extras para seus filhos (LAREAU, 2000).

De acordo com as entrevistas realizadas, é possível identificar a falta de assistência escolar e educação adequada as crianças. Assim como a saúde, a educação é uma necessidade básica que também é precária, na visão das famílias pela ineficiência do Estado e pela falta de renda familiar, sendo a criança a principal prejudicada.

Com relação à **habitação** a privação material foi percebida mais pelas crianças que apontaram a falta de segurança e conforto, mostrando assim, que muitas famílias residem em casas danificadas, sem segurança e localizadas em bairros marcados pela criminalidade. Apenas os responsáveis 15 e 19 que demonstram, assim como as crianças, a precariedade de seus lares. Outro fato a ser observado é que para os responsáveis o fato de não pagar aluguel já torna a moradia adequada, mesmo diante aos problemas relativos na habitação. Outros entrevistados também relatam a falta de segurança em suas residências.

[...] aqui **nesse bairro o pessoal sempre fala que acontece assalto**, aí as vezes a gente fica com medo, mas minha mãe tranca as portas e a gente dorme no mesmo quarto (C09).

Acho que não é seguro nessa casa [...] quando foi na noite de São João entrou um cara aqui [...] eu acho que se a porta fosse segura ele não tinha conseguido entrar (C14).

As casas de pessoas pobres tendem a ser danificadas e localizadas em áreas periféricas, pois não têm renda suficiente para pagar habitação adequada (GUNN, DUNCAN, 1997; GUO, HARRIS, 2000). O problema habitacional se destaca pela falta de casas apropriadas, dentre as questões que se apresenta, a desigualdade de renda contribui para que muitas famílias não tenham segurança para suas crianças, a falta de habitação a preço acessível e a falta de renda para pagar por moradia digna, faz com que muitas famílias morem em periferias, áreas de risco, de difícil acesso e sem infraestrutura, como é o caso das famílias participantes dessa pesquisa. Diferenças regionais não foram constatadas, foi verificada características de má qualidade na habitação das crianças em todas as cidades em que foram realizadas entrevistas.

Em relação a **alimentação**, Romanelli (2006, p. 336) explica que a dieta da população pobre é monotonamente repetida e os alimentos são classificados entre os que são comida, como arroz, feijão e carne. “Em suas representações são alimentos ‘fortes’ que sustentam e se contrapõem a verduras, legumes, frutas que servem para “tapear” e

são indicados no diminutivo como ‘coisinhas’, ‘saladinhas’, ‘verdurinhas’ que não enchem barriga”. Assim como relatado pelas crianças 1 e 16: “**arroz, feijão e frango. É o que tem lá em casa**” (C01). “**Eu como bem arroz, carne, macarrão, essas coisas**” (C16). [...] **aqui em casa falta carne**, tem dia que não tem **fruta** eu também gosto de comer, mas minha avó diz que **o dinheiro não dá para comprar** (C13).

Uma alimentação adequada é aquela que por meio de nutrientes atende todas as exigências do corpo, ou seja, as necessidades do nosso organismo (ALBUQUERQUE, 2009). Nos desenhos as crianças expõem a vontade de comprar itens relacionados à alimentação. Na Figura 1 o desenho da Criança 09 é de frutas, como: banana, maçã e uva, a criança ainda explica que são itens que gosta de comer e que muitas vezes falta, tendo a responsável (R09) pela criança confirmado a carência desses itens na alimentação.



Figura 1. Desenho da Criança 09

A falta de uma alimentação adequada foi observada pelos responsáveis, mais do que pelas crianças. Acredita-se que pelo fato de serem os responsáveis que realizam tais compras ou porque as crianças não entendem quais são os itens necessários para uma boa alimentação.

Mesmo afirmando a falta de itens importantes na alimentação como verduras e frutas, os responsáveis não confirmam as privações de consumo relacionadas à alimentação. Nas falas foi possível observar que quando se tem o “básico” já é o suficiente. Nas entrevistas tanto das crianças quanto de seus responsáveis, foi identificado que os mesmos têm acesso à alimentação, porém essa pesquisa verificou a falta de alimentação adequada, em decorrência a falta de recursos financeiros para ter acesso a certos tipos de alimentos.

Assim como a saúde, educação, habitação e alimentação, vestir também é caracterizado como uma necessidade básica da criança. Nessa pesquisa, apenas três crianças relataram a compra de roupas. A Criança 10 diz que não compra roupa com frequência, mas que quando compra são roupas baratas, pois seus pais não dispõem de muito dinheiro. As crianças 11 e 12 contam que quando precisam de roupas as mães compram, ambas afirmam que são roupas baratas e que são mais para atender as necessidades, como explica a Criança 11: “**ela (mãe) compra roupa barata, não é nada de marca nem caro não**”.

Quando questionados se a compra de roupa acontecia com frequência à maioria dos entrevistados afirmaram que não e que esse tipo de compra acontece mais em decorrência da necessidade e caso a renda da família suporte tal gasto.

Na Figura 2 o desenho da Criança 23 também mostra a vontade de comprar roupas. A criança explica o desenho “se minha mãe e meu pai dissesse que eu podia comprar tudo o que eu queria, eu queria comprar a casa da poli que eu vi na TV, um celular para brincar com minhas amigas e **um vestido de bolinha**” (C23). O responsável 23 afirma “[...] roupa ela já tem [...] **só o básico mesmo**, não estou podendo comprar essas coisas não.

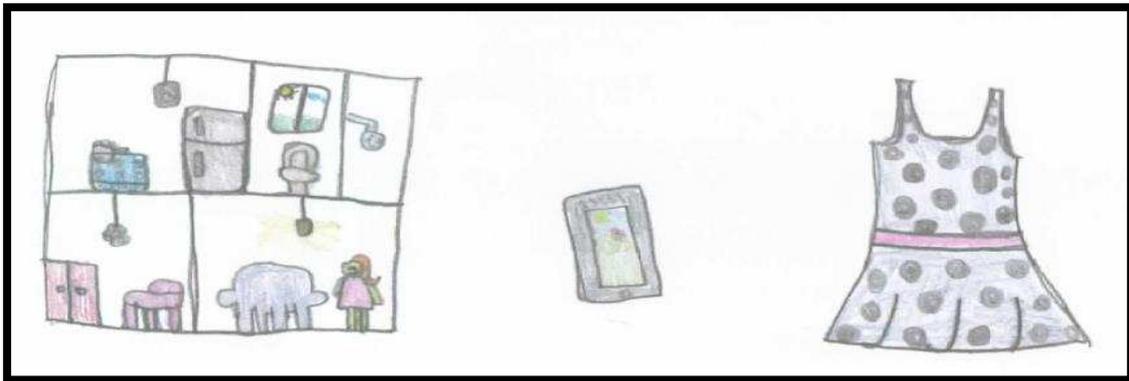


Figura 2. Desenho da Criança 23

A Criança 06 fala na entrevista que nem sempre tem condições de comprar roupas, como também demonstra em seu desenho. Com relação à ilustração (figura 3), ela explica que são roupas que ela compraria, no desenho é sua mãe comprando roupas e tênis para ela (C06) e seu irmão.

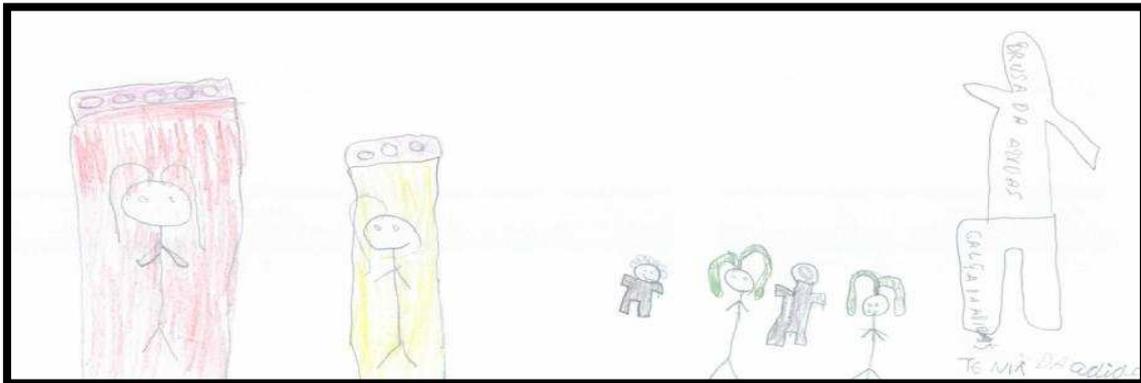


Figura 3. Desenho da Criança 06

Algumas crianças em que famílias não têm condições de comprar roupa, contam com ajuda de outras pessoas. Em situação de pobreza as pessoas buscam recursos por meio da generosidade de outras pessoas em situação financeira mais favorável (HILL, 2002a) como pessoas da família e amigos apontados por alguns dos entrevistados.

... **tem muitas roupas que eu ganho de minha prima, minha tia**, eu gosto das coisas que elas me dão (C05).

[...] tem **uma mulher que minha avó faz faxina na casa dela que ela sempre traz roupa e brinquedo usado** [...] (C13).

Eu sempre recebo roupa da mulher que é amiga de minha avó, quando ela não quer mais roupa ela traz (C22).

Eu nunca compro roupa, difícil ele (Criança 08) pedir e também **as vezes ganha roupa de uma pessoa que eu já trabalhei na casa dela** aí ela tem um menino que é quase do tamanho dele, aí quando ele não está usando mais uma roupa aí dá para ele [...] (R08).

...do pessoal da família mesmo [...] quando as roupas não cabem mais e eles dão [...] (R18).

A privação de consumo no que tange aos aspectos relacionados ao vestuário das crianças, foram identificados que a maioria dos respondentes contam com a generosidade

de pessoas próximas que por meio de doação de roupas usadas supre a necessidade das mesmas.

Quanto ao **entretenimento** a literatura explica que as pessoas relativamente pobres não têm acesso a recreação e diversão (MAYER; SULLIVAN, 2012). Esse estudo, buscou identificar como são as formas de entretenimento das crianças de famílias pobres e ainda, se durante os momentos de descontração. Na figura 4, o desenho da Criança 14 ilustra os seus desejos de consumo, a mesma explica que roupas, brinquedos e celular era o que compraria, além do parque de diversões que explica: [...] **aqui em cima é o parque que eu vou com seus irmãos pra gente brincar nos brinquedos** (C14). A criança explica que o passeio no parque seria um dos itens que ela compraria.



Figura 4. Desenho da Criança 14

Acerca dos momentos de recreação e diversão as crianças afirmavam que seus passeios são restritos a casas de familiares, praças, escola, igreja ou quando seu responsável precisa sair para realizar compras à criança está presente.

Como foram relatadas pelas crianças entrevistadas, muitas delas estão presentes quando seus pais realizam compras, para elas o ato de comprar é compreendido como um momento de entretenimento que substitui até mesmo momentos de brincadeira (MCNEAL; JI, 2003). Então, assim como previsto na literatura, a criança se diverte enquanto acompanha e presencia seus responsáveis realizando compras, também foi identificado que durante esses momentos as crianças solicitam a compra de itens que desejam consumir e que esses itens variam de acordo com o ambiente em que estão inseridas. Por exemplo, para a Criança 08 fazer compras no supermercado é um momento de entretenimento e diversão e durante esse momento seu pedido é por itens que constam no supermercado.

É importante destacar que em famílias pobres, a televisão é utilizada como forma de entretenimento, com isso as crianças tendem a passar mais tempo expostas aos apelos midiáticos do que crianças de famílias com renda mais favorável (ISAKSEN; ROPER, 2008). As famílias em contexto de pobreza não têm condições de pagar por lazer, como por exemplo, viagens que servem ao propósito de recreação (GUO; HARRIS, 2000).

Isaksen e Roper (2008) destacam que, em famílias empobrecidas, a televisão é utilizada como entretenimento, expondo as crianças a anúncios que estimulam seu apetite ao consumo. Segundo o Instituto Alana,¹ crianças brasileiras passam em média cinco horas por dia assistindo TV, e ainda, existe uma tendência que as crianças de famílias pobres passem mais tempo expostas aos apelos midiáticos. Nesse sentido, os achados da pesquisa indicam que a TV é usada pelos entrevistados como uma forma barata de entretenimento e que estimula o consumo de crianças pobres em que seu consumo se resume às necessidades básicas.

Com base nos desenhos coletados durante as entrevistas com as 23 crianças, foi desenvolvida a Quadro 2 para demonstrar os itens de consumo que as crianças desejam adquirir, agrupados em: educação; habitação; alimento; vestuário e beleza; eletrônicos; entretenimentos e brinquedos. Nesse quadro, foram considerados os itens que compõem os desenhos das crianças, aqui não foi considerada a percepção dos responsáveis.

Quadro 2: **Itens de Privação de Consumo**

ITENS DE PRIVAÇÃO	CRIANÇAS
Educação	13
Habitação	3; 8; 19
Alimento	1; 9; 10
Vestuário e beleza	1; 2; 4; 6; 12; 14; 18; 23
Eletrônicos	1; 8; 15; 16; 21; 22; 23
Entretenimento e brinquedos	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 20; 23

Fonte: Elaboração própria (2015).

O Quadro 2 ilustra que as crianças sentem a privação de itens como, vestuário e beleza, que correspondem às roupas que a criança usa, assim como maquiagens, tiaras e bijuterias apontadas pelas meninas. Os eletrônicos estão relacionados à compra de celular, tablet e computador. Por último, a maioria das crianças sente a privação de entretenimento e brinquedos, e como são usados como facilitador de interação entre as crianças, esse pode ser um dos motivos pelo qual elas sentem essa privação de forma mais significativa.

Crianças sentem o desejo de consumir esses produtos tanto por prazer pessoal de adquirir um bem, como pela satisfação de fazer parte de uma sociedade de consumo, sendo que sobreviver na sociedade é uma necessidade humana, então desde cedo já sentem a importância de serem aceitas e conseqüentemente a necessidade de consumir itens que são considerados importantes.

Outro motivo seria pelo fato de que a criança em contexto de pobreza relativa tem acesso a itens que são considerados indispensáveis à vida mas, são privados de itens considerados importantes na sociedade em que vivem, reforçando uma característica da pobreza relativa e da privação de consumo material. E assim, indicando que as crianças não têm acesso a itens de consumo considerados importantes entre as crianças e que facilitam a socialização e interação entre as mesmas. Com isso, as crianças acabam sendo excluídas de grupos sociais, essa temática é abordada em seguida.

6.2 Implicações das Privações de Consumo

Pessoas pobres enfrentam restrições de consumo em decorrência da sua incapacidade de pagar por produtos. As respostas dos consumidores às privações de consumo são com conseqüências negativas que podem ser emocionais e sociais (HILL; STEPHENS, 1997, GUNN; DUNCAN, 1997).

¹ Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne projetos na busca pela garantia de condições para a vivência plena da infância. www.alana.org.br

As consequências emocionais das privações de consumo envolvem sentimentos como: vergonha, tristeza, raiva e humilhação (GUNN; DUNCAN, 1997, HILL; STEPHENS, 1997, GUO; HARRIS, 2000). Com relação aos sentimentos desempenhados pelas crianças em decorrência da privação de consumo a tristeza e a raiva foram mais citadas.

[...] **eu acho triste**, acho triste não poder comprar o que você quer [...] (C06).
Eu fico magoada, triste [...] **quando alguém tem uma coisa que eu não tenho eu acho ruim**, acho muito ruim porque assim tipo você pedi uma coisa pra sua mãe aí ela fala que não pode [...] (C14).
[...] **já ficou com raiva** [...] mas eu sempre converso com ela, na hora ela fica calada, sem querer conversar, fica fazendo birra para comer, mas depois vai passando o tempo e ela vai se chegando [...] (R05).
Não, com raiva não, mas **eu acho que ela** (Criança 7) **fica triste**, quando eu digo um não [...] (R07).

O sentimento de raiva em tais situações é compreendido como uma reação das crianças em virtude de suas privações (HILL, 2001a). Esse sentimento, algumas vezes, ocasiona um comportamento agressivo nas crianças para com seu responsável.

Já fiquei com raiva [...] **aí eu fiquei xingado ela** (Responsável 09) eu disse um monte de palavrão com ela, que eu não posso falar pra você (risos) porque foi bem feia as palavras (C09).

Assim como a criança, seu responsável também sofre consequências negativas das privações, mesmo que seja pelo consumo da criança, os mesmos sentem em não poder atender os desejos de consumo das mesmas. Dentro dessa ótica, é importante ressaltar que não só as crianças parecem ser vulneráveis às consequências da pobreza, mas seus pais também (DUNCAN; GUNN, 2000).

As crianças pobres sofrem de problemas emocionais e sociais com mais frequência do que as crianças não pobres, tais como ansiedade, isolamento social e depressão que estão associados com a pobreza familiar (GUNN; DUNCAN, 1997).

A criança é excluída de grupos em decorrência da falta de consumo. Nesse sentido, Crespo e Gurovitz (2002) consideram que, a incapacidade de participar na vida comunitária leva a uma ruptura das relações sociais. Isso ocorre por que elas acabam não tendo acesso a pré-requisitos importantes para a ascensão social e podem ter a socialização negativamente comprometida.

A exclusão da criança ocasiona solidão e isolamento. A Responsável 09 afirma que seu filho gosta de ficar sozinho e tem dificuldades de fazer amizades. A solidão, a alienação e os desentendimentos são descritos como fontes de grande estresse psicológico para a criança (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

6.3 Estratégias de Enfrentamento das Privações de Consumo

Em decorrência das implicações negativas das privações de consumo, os consumidores pobres desempenham estratégias de enfrentamento para sua pobreza relativa. Conforme Hill e Stephens (1997), essas estratégias podem ser emocionais ou comportamentais. E são empregadas com a finalidade de sobrevivência (HILL, 2002a).

O método de enfrentamento emocional é de natureza psicológica. Aqui os consumidores tentam alterar seu estado emocional, reorientando suas mentes em circunstâncias materiais mais agradáveis ou fantasias de melhores oportunidades de consumo no futuro (HILL, 2002a). Essa situação reflete a mesma encontrada na entrevista da Criança 16, em que ela conta em vários momentos que realizou a compra de itens que não possuiu como foi afirmado pela sua responsável (16). Com isso, é possível

compreender que a criança descreve momentos que ela idealiza e que gostaria de viver, mas que não são verdadeiros, durante toda a entrevista a criança falta com a verdade como uma forma de esconder sua situação de pobreza e privação. No decorrer da entrevista a mesma criança (16) mostra que as coisas que ela conta estão apenas em seu pensamento, confirmando o que foi exposto por Hill (2002a). Outras crianças corroboram esse comportamento de enfrentamento emocional.

Quando eu vou dormir eu fico pensando que se eu tivesse muitos brinquedos eu ia ter mais amigos porque eles iam pedir para jogar, iam me chamar para ir para a casa deles [...] (C08).

[...] **eu fico pensando eu comprando várias coisas, brinquedos, eu podendo comprar tudo que eu queria** (C23).

A estratégia de enfrentamento emocional também foi identificada quando algumas crianças contam o que pensam em relação ao seu futuro, elas idealizam que futuramente vão desempenhar esforços que as conduzirá a uma situação financeira desejável, como começar a trabalhar e concluir os estudos. Porém, durante a infância a criança é dependente de outras pessoas, elas são pobres porque nasceram em famílias pobres, então nessa fase da vida a criança não podem alterar suas condições financeiras e as condições de sua família (GUNN; DUNCAN, 1997).

Segundo Hill e Stephens (1997), a estratégia de enfrentamento comportamental está associada às atividades legais e ilegais desempenhadas com a finalidade de adquirir o que se deseja. Outro aspecto apontado pelos entrevistados como forma de enfrentamento da pobreza foi indicado pelos responsáveis 01 e 15.

[...] no aniversário dele (Criança 1) ele queria uma festa e eu não tinha condição de fazer ai eu fui tentar arrumar dinheiro para tentar fazer a festa dele, ai **eu empenhei com um agiota o meu cartão do bolsa família e fiz a festinha** passei vários meses sem meu cartão porque além do dinheiro que eu peguei ainda tinha os juros, mas fiz a festa e chamei os amigos dele (R01).

[...] **para comprar a bicicleta** que te falei fiz muito esforço, **fiz um empréstimo** para comprar essa bicicleta pra ele (Criança 15) [...] (R15).

Jaiswal e Gupta (2015) explicam que consumidores pobres em decorrência de suas habilidades intelectuais limitadas muitas vezes são explorados por agiotas, como foi caso da Responsável 01 que conseguiu empréstimo de forma ilegal, entregando o cartão do bolsa família como forma de garantia pelo pagamento da dívida, para que pudesse realizar a festa de aniversário para seu filho (Criança 01).

Quanto à Responsável 15, diante das condições financeiras precárias, realizou um empréstimo para que pudesse comprar a bicicleta da Criança 15. Ela explicou que o empréstimo foi necessário porque não tinha crédito na loja para comprar a bicicleta parcelada e que no banco o empréstimo foi conseguido sem dificuldades. Essa colocação da Responsável 15 vem ao encontro do que foi demonstrado por Jaiswal e Gupta (2015) que consumidores pobres têm facilmente condições de crédito no mercado, porém a juros altos. Essa situação pode ser agravada por incapacidade de saldar empréstimos e, conseqüentemente, endividamento.

7 CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as privações de consumo infantil no âmbito na pobreza relativa. Ainda foram evidenciados as implicações e estratégias de enfrentamento das privações de consumo.

Nessa pesquisa as crianças apontaram que suas privações de consumo estão relacionadas a vestuário e beleza e eletrônicos, as demais privações são apontadas pelos responsáveis pelas crianças. As crianças percebem e sentem mais a falta desses itens relacionados a entretenimentos e brinquedos por serem eles os facilitadores de

socialização entre os grupos. Porém nos aspectos relacionados as demais categorias (saúde, educação, habitação e alimentação) também foram encontradas privações de consumo, ora apontados pela criança, ora pelo seu responsável.

As implicações emocionais foram encontradas com maior frequência, uma vez que todas as crianças entrevistadas caracterizaram a privação de consumo como o sentimento de tristeza, vergonha e raiva. Além da criança, seu responsável também apresentaram os mesmos sentimentos em relação à privação de consumo de suas crianças, assim como, foi identificado o sentimento de impotência dos responsáveis frente a impossibilidade de atender os apelos das crianças. Com relação às implicações sociais as crianças apontam a exclusão de grupos, pela falta de itens considerados facilitadores de socialização, quando privados, são excluídos dos grupos ou tem dificuldades de conquistar novas amizades, sendo esta a principal implicação social de consumo: exclusão social, que, por sua vez, ocasiona isolamento e solidão.

Nesse sentido, foi encontrado como uma forma de estratégia emocional o direcionamento emocional, nessa pesquisa, as crianças contavam situações de consumo que gostariam de vivenciar. As crianças reorientam suas mentes em situações de consumo mais agradáveis e ainda, idealizam momentos de consumo futuro para que, consigam enfrentar sua situação de pobreza e dessa forma, omitem a tristeza da realidade que enfrentam em decorrência da pobreza que vivem. Já como estratégias de enfrentamento comportamental foram relatados furtos, sendo que, as crianças relataram terem sido vítimas de roubos ou que teriam acontecido com seus amigos, em nem uma das entrevistas alguma criança afirmou ter praticado o ato. Além da mudança de comportamento da criança, seu responsável também desempenha esforços para atender aos apelos de consumo de suas crianças, os mesmos relataram a obtenção de empréstimos que ocasionaram dívidas e comprometimento da renda familiar ainda foi encontrado práticas de atividades ilegais, como aquisição de empréstimos a agiotas, tais práticas foram desempenhadas para que as crianças pudessem ter acesso a algo que desejassem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTHOUD, R.; BRYAN, M. Income, Deprivation and Poverty: A Longitudinal Analysis. **Journal of Social Policy**, v.40, n.1, p 135 – 156, 2011.
- BLOCKER, C. P.; RUTH, J. A.; SRIDHARAN, S.; BECKWITH, C.; EKICI, A.; GOUDIE-HUTTON, M.; ROSA, J. A.; SAATCIOGLU, B.; TALUKDAR, D.; TRUJILLO, C.; VARMAN, R. Understanding poverty and promoting poverty alleviation through transformative consumer research. **Journal of Business Research**, v.66, n.8, p. 1195-1202, 2013.
- COOK, D. T. Taking exception with the child consumption. **Childhood**, v. 20, n. 4, p. 423-428, 2013.
- DUNCAN, G. J.; GUNN, J. B. Family Poverty, Welfare Reform, and Child Development. **Child Development**, v.71, n.1, p. 188-196, 2000.
- GUNN, J. B.; DUNCAN, G. J. The effects of poverty on children. **The Future of Children**, v.7, n. 2, p. 55-71, 1997.
- GUO, G.; HARRIS, K. M. The mechanisms mediating the effects of poverty on children's. **Demography**, v.37, n.4, p. 431–447, 2000.
- HILL, R. P. Consumer culture and the culture of poverty: implications for marketing theory and practice. **Marketing theory**, v.2, n. 3, p. 273–293, 2002a.
- HILL, R. P.; STEPHENS, D. L. Impoverished Consumers and Consumer Behavior: The Case of AFDC Mothers, **Journal of Macromarketing**, v. 17, n. 2, p. 32–48, 1997.

HUSTON, A. C. Children e poverty. Can public polity alleviate the consequences? **Australian Institute of Family Studies**, n.87, p. 13-26, 2011.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<https://ww2.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>>. Acesso em: 06/2018.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014 em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita_2014/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf>. Acesso em: 05/2015.

ISAKSEN, K. J.; ROPER, S. The Impact of Branding on Low-Income Adolescents: A Vicious Cycle? **Psychology & Marketing**, v. 25, n. 11, p. 1063–1087, 2008.

JAISWAL, A. K.; GUPTA, S. The influence of marketing on consumption behavior at the bottom of the pyramid. **Journal of Consumer Marketing**, v.32, n.2, p. 113 – 124, 2015.

KOTLER, P.; LEE, N. R. **Up and out poverty: the social marketing solution**. Pearson Education, 2009.

LAREAU, A. Social Class and the Daily Lives of Children: A Study from the United states. **Childhood**, v.7, n.2, p. 155-171, 2000.

MAYER, B. D.; SULLIVAN, J. X. Identifying the Disadvantaged: Official Poverty, Consumption Poverty, and the New Supplemental Poverty Measure. **The Journal of Economic Perspectives**, v.26, n.3, p. 111-135, 2012.

PANTAZIS, C.; GORDON, D.; LEVITAS, R. The concept and measurement of poverty. Bristol, The Policy Press, p, 29-69, 2006.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROMANELLI, G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. **Simpósio: transtornos alimentares: anorexia e bulimia nervosas**, v.39, n. p.333-339, 2006.

ROPER, S.; SHAH, B. Vulnerable consumers: the social impact of branding on children. **Equal Opportunities International**, v.26, n.7, p. 712-728, 2007.

RUCKENSTEIN, M. Time scales of consumption: children, Money and transactional orders. **Journal of consumer culture**, v.10, n. 3, p. 383-404, 2010.

ULLAH, A. SHAH, M. Vulnerability to deprivation from material and economic resources and social exclusion in children from pakhtun culture. **European scientific journal**, v.10, n.11, p. 237- 256, 2014.

UNICEF, 2015 <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>> Acesso em 31 de outubro de 2015.

VALKENBURG, P.; CANTOR, J. The development of a child into a consumer. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.22, n.1, p. 61-72, 2001.

VINTER, A. How Meaning Modifies Drawing Behavior in Children. **Child Development**, v.70, n.1, p. 33-49, 1999.